



CPI vai rastrear origem da tragédia

Comissão aprova a convocação dos ex-ministros da Saúde na gestão Bolsonaro e do atual titular da pasta. Ideia é construir uma ordem cronológica. Sessão tem bate-boca de governistas que tentaram emplacar requerimentos de interesse do Planalto

» BRUNA LIMA
» RENATO SOUZA
» JORGE VASCONCELLOS
» LUIZ CALCAGNO

A partir dos depoimentos marcados para a próxima semana, a CPI da Covid pretende construir uma linha do tempo sobre as decisões do governo no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, que superou, ontem, a marca de 400 mil mortes (leia reportagem na página 5). O objetivo é começar pelo relato do primeiro ministro da Saúde a conduzir o combate à crise sanitária, Luiz Henrique Mandetta, chegando à oitiva do atual titular da pasta, Marcelo Queiroga, revidando desde as primeiras medidas até a lentidão em fechar acordos para a aquisição de vacinas contra a doença.

Seguir a ordem cronológica foi uma estratégia para conseguir consenso entre oposição e base do governo, partindo da análise dos fatos da esfera federal para os âmbitos locais, caso os depoimentos direcionem para esse caminho. “Não adianta a gente colocar no plano de trabalho que, supostamente, o fulano de tal vai falar isso. Nós temos o escopo de como vai começar, mas o que vai ditar a CPI são os acontecimentos, os fatos, os depoimentos, as testemunhas. Af, sim, a gente pode chegar a uma redação final”, ressaltou o presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), completando que o intuito do colegiado também é propor soluções.

Ontem, o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL) e o vice-presidente Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentaram o plano de trabalho. O foco, de acordo com o texto, é avaliar se o poder público usou todos os meios necessários para combater a pandemia. Um dos temas centrais é definir se o governo federal, de alguma maneira, atrasou a compra das vacinas CoronaVac e da Pfizer.

Os primeiros convocados se-

rão os ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, com depoimentos na terça-feira; e Eduardo Pazuello, convocado a comparecer um dia depois. Eles devem ser ouvidos na condição de testemunha. O presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, também foi chamado para a semana que vem, mas os governistas conseguiram adiar a convocação do ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten.

Também serão apurados compra de insumos e respiradores, abertura de leitos, falta de oxigênio em Manaus e se o governo realizou campanhas de alerta à população para impedir a propagação do vírus, assim como incentivos ao isolamento social. “Todos faremos um trabalho de investigação profundo, mas absolutamente isento”, afirmou Calheiros. Ele criticou ações de apoiadores do governo na Justiça para tentar retirá-lo da relatoria da comissão (leia na página 3). “É algo nunca visto

aqui na história das CPIs, infelizmente. Só devem ter preocupação os aliados do vírus”, frisou.

De acordo com Randolfe Rodrigues, não serão atendidos pedidos que tentam alargar o escopo das investigações, visando desviar o foco de autoridades envolvidas. “Vamos seguir a delimitação do despacho do presidente (do Senado) Rodrigo Pacheco. Não vamos deixar que se faça desta CPI a CPI do fim do mundo, que a todos se investiga e não chega a lugar nenhum”, completou.

O plano de trabalho, no entanto, foi ampliado com a inclusão do requerimento do senador Eduardo Girão (Podemos-CE) para que a comissão apure eventuais desvios de verbas destinadas pela União a estados e municípios. À medida que a CPI for avançando, o tema entrará em pauta.

Clima tenso

A sessão de ontem foi paralisada por alguns minutos em razão

Edilson Rodrigues/CB/D.A Press



O relator Renan Calheiros discute com Ciro Nogueira, titular da CPI: comissão não votou requerimentos elaborados pelo Executivo



O que eu sei, pelo tempo que estou na Casa, é que essa coisa de tropa de choque, de pegar senadores novos, com carinho de novos, para vir aqui defender coisa indefensável do governo...isso não vai passar”

Renan Calheiros, relator da CPI

de um bate-boca entre Calheiros e integrantes da ala governista do colegiado. As discussões começaram depois que o relator e aliados defenderam que os 332 requerimentos apresentados ao plano de trabalho fossem analisados um a um. Os governistas, como são minoria na comissão, insistiam na votação dos documentos em bloco, o que acabou ocorrendo.

“Não vamos transformar esta comissão numa batalha eleitoral, política. Se algum dos senhores

têm problemas a ajustar nos seus estados, precisa ter fato determinado para isso”, disse Calheiros, em referência à pressão dos governistas para que a CPI priorize investigações sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos da União por governos estaduais e municipais.

Ciro Nogueira (PP-PI), aliado do Planalto, reagiu, insinuando que o relator — pai do governador de Alagoas, Renan Filho — esteja com medo das apurações:

“Todos (os requerimentos) têm fato determinado. O senhor está com medo de aprovar os de informação, eu creio que é isso que o senhor está mostrando”.

Eduardo Girão, outro apoiador do governo, reforçou a pressão: “Temos de apurar toda a verdade, não apenas uma parte. Então, informação é uma coisa básica. Requerimento de informação não tinha de ter travamento para isso. É para dar celeridade, desde que dentro do fato determinado”.

Calheiros não deixou por menos e ironizou as ações dos defensores do Executivo. “O que eu sei, pelo tempo que estou na Casa, é que essa coisa de tropa de choque, de pegar senadores novos, com carinho de novos, para vir aqui defender coisa indefensável do governo...isso não vai passar”, rebateu.

O clima ficou tenso também por causa da revelação de que sete dos 14 requerimentos pro-

colados pelos senadores Jorginho Mello (PL-SC) e Ciro Nogueira tinham registro digital indicando que foram produzidos em computadores da Secretaria de Governo, sediada no Palácio do Planalto.

Calheiros argumentou que os requerimentos dos governistas buscavam desviar o alvo das apurações. Marcos Rogério (DEM-RO) rebateu afirmando que “o foco da CPI não pode ser aquele que é dado pelo relator”.

A discussão foi interrompida por Aziz, que anunciou a suspensão da reunião por 30 minutos. No intervalo, ficou acordado que todos os requerimentos de informação fossem aprovados de forma simbólica, como queriam os governistas. Isso foi feito na retomada da sessão. No entanto ficaram fora da votação em bloco os pedidos de convocação de autoridades. Os requerimentos produzidos no Planalto, por sua vez, não serão apreciados.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Os 100 dias de Biden

Segundo o BEA (Bureau of Economic Analysis), do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, o PIB (Produto Interno Bruto) norte-americano cresceu à taxa anualizada 6,4% no 1º trimestre em relação aos três meses anteriores. Esse resultado foi superior ao registrado no trimestre anterior, de 4,3%, e está sendo comemorado pelo presidente democrata Joe Biden, que hoje completa 100 dias de governo. Emblematicamente, a avaliação desses 100 dias é uma tradição iniciada em 1933, no primeiro mandato de Franklin Roosevelt, no qual o novo presidente norte-americano se espelha.

Roosevelt fez um governo revolucionário ao seu tempo. À época, a crise do liberalismo econômico levou à maior intervenção do Estado sobre a economia e à reestruturação das práticas capitalistas do século passado. O crash da Bolsa de Nova York, em 1929, havia posto em xe-

que os princípios da economia clássica, ao deflagrar uma das maiores crises da história do capitalismo. Eleito em 1932, o desafio de Roosevelt fora reerguer a economia. Para isso, recorreu às ideias do economista John Maynard Keynes. O New Deal foi sua alternativa de desenvolvimento econômico.

Entre outras ações, o New Deal estabelecia o controle na emissão de valores monetários, o investimento em setores básicos da indústria e a criação de políticas de emprego. Roosevelt buscou uma recuperação econômica segura e gradual, com ações para conciliar as questões econômicas e sociais, o chamado welfare state (Estado do bem-estar social), que perdeu sustentabilidade no final da década de 1970, quando o chamado neoliberalismo começou a ganhar fôlego. Com a eleição do presidente Ronald Reagan, em 1980, porém, um novo ciclo liberal foi iniciado (LCA1), inspirado no

“O maior impacto da mudança na Casa Branca ainda está por vir: será na política econômica. O projeto ultraliberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, foi para o espaço”

chamado Consenso de Washington.

Biden parece disposto a fazer uma ruptura radical na economia. Mantém o pé no acelerador para neutralizar qualquer tentativa de o ex-presidente Donald Trump, que não conseguiu se reeleger, voltar ao poder. Logo após a sua posse, em 20 de janeiro, promulgou um projeto de lei para enfrentar a pandemia da covid-19 de US\$ 1,9 trilhão (cerca de R\$ 10,3 trilhões), com um auxílio de US\$ 1.440 para a população diretamente atingida pela crise.

Seu governo atingiu a meta de 200 milhões de doses de vacinas de coronavírus aplicadas, agora já disponíveis a todos com 16 anos. O desemprego está caindo, os pedidos de seguro-desemprego atin-

giram o ponto mais baixo na pandemia e as escolas reabriram para aulas presenciais. Recentemente, Biden assinou um programa de recuperação da infraestrutura da ordem de US\$ 2,3 trilhões e outro para a educação, no valor de US\$ 1,8 trilhão. É uma injeção de US\$ 4 trilhões na economia dos EUA.

Ficou a pé

Biden mudou a política externa dos Estados Unidos: retornou ao Acordo de Paris e à Organização Mundial da Saúde, travou o financiamento do muro na fronteira com o México e anunciou a retirada das tropas norte-americanas do Afeganistão. Foi aí que o presidente Jair Bolso-

naro caiu do cavalo. A mudança deixou o Brasil sozinho no relacionamento conflituoso com a OMS (Organização Mundial da Saúde) e muito isolado no plano internacional, por causa da questão ambiental. Bolsonaro reproduzia a política externa de Donald Trump e seu negacionismo até com mais virulência.

Com a mudança de rumo, o chanceler Ernesto Araújo, que posava de ideólogo da política externa, foi defenestrado do cargo. Agora, quem está na berlinda é o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, completamente desacreditado, interna e externamente. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a aceitação do Brasil dependerá da mudança de rumo na questão climática; porém, na União Europeia, o acordo com o Mercosul será ainda mais difícil, pelo mesmo motivo. Mas o maior impacto da mudança na Casa Branca ainda está por vir: será na política econômica. O projeto ultraliberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, foi para o espaço na pandemia. Com a mudança de rumo nos EUA, só falta agora o próprio ministro se ejeter da cadeira.